



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO SUPERIOR

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3227-5564 – 3235-1741 – ramal 2003

Ata da 24ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ifes 20 de maio de 2013

No dia vinte de maio de dois mil e treze reuniu-se em sessão ordinária o Conselho Superior do Instituto Federal do Espírito Santo, às treze horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob a presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com presença dos seguintes membros: do Colégio de Dirigentes a senhora Maria Valdete Santos Tannure e os senhores Luiz Braz Galon, Aloísio Carnielli e Ricardo Paiva; do Corpo Discente a senhora Lara Brahim Duarte dos Santos e os senhores Gabriel Quinteiro Manso Nascimento, Breno Caetano da Silva, Fabio Lucio Barros de Oliveira e Gabriel Passos; do Corpo Docente as senhoras Ana Raquel Santos de Medeiros Garcia e Elisabete Corceti e os senhores João Paulo Barbosa, Jânio Glória de Oliveira e Felipe Alexandre Lima F. dos Santos; do Corpo Técnico-Administrativo a senhora Roseane Maioli Monteiro e os senhores Yuri Blanco e Silva, Emerson Atílio Birchler e Afranio Conceição Martins; da Federação da Agricultura do ES a senhora Maria Elisa Zago Rocha; da Secretaria de Estado da Educação a senhora Wanessa Zavareze Sechim; da Federação das Indústrias do ES a senhora Lúcia Helena Cunha; do Sindicato dos Engenheiros do ES o senhor Adelar Castiglioni Cazaroto; da Associação dos Tecnólogos do ES o senhor Heraldo Gonçalves Fogos. Justificaram a ausência os conselheiros Hermes Vazzoler Junior, Alécia Zani Lodi Cosme, Ronis Faria de Souza, Roberto Pereira Santos, José Maria de Souza, Patrícia Soares Furno Fontes, Danilo Abdalla Guimarães, Wellington Luiz Pompermayer e Marcos Antonio de Almeida Pires. Participaram como convidados os senhores Lezi José Ferreira, Lorena Lucena Furtado, Danusa Simon Robers, Altair Luiz Peterle, Thalmo de Paiva Coelho Junior e Marcelo Lucas Pereira Machado. O Presidente abre a reunião agradecendo a todos pela presença e apresenta aos conselheiros a minuta de pauta, com os seguintes itens: **1) informes; 2) apreciação do Relatório de Gestão do Ifes 2012; 3) revisão da Resolução CS 08/2013 – aceitação provisória de títulos; 4) minuta de resolução – regulamentação do Regime de Trabalho Docente no Ifes; 5) Memo Proen 06/2-13 – minuta de resolução – 2ª opção de curso técnico; 6) Processo 23149.001197/2012-67 (Campus de Alegre): oferta do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática concomitante ao Ensino Médio (Pronatec); 7) Processo 23149.001197/2012-67 (Campus Aracruz): oferta do Curso Técnico em Administração concomitante ao Ensino Médio (Pronatec); 8) Processo 23148.005550/2010-26 (Campus Vitória): oferta do Curso Técnico em Eletrotécnica integrado ao Ensino Médio; 9) Processo 23147.001673/2012-61 (PRPPG): formalização de parceria entre o Ifes e a UFRRJ para o Programa de Mestrado em Educação Agrícola; 10) Processo 23152.000387/2012-16 (PRPPG):**

cooperação entre o Ifes e a UFRGS para oferta de Doutorado em Engenharia de Produção; 11) Processo 23147.000993/2012-19 (PRPPG): minuta de resolução sobre auxílio financeiro para viagens ao exterior a serviço ou para aperfeiçoamento; 12) constituição e Regimento Interno da CPA – Comissão Própria de Avaliação do Ifes; 13) assuntos gerais. A proposta de pauta é aprovada. A seguir o Presidente submete aos conselheiros a aprovação da Ata da reunião ordinária de 11 de março de 2013, encaminhada com antecedência para prévia análise; a ata é aprovada sem ressalvas. O Presidente abre o **item 1** informando sobre o trabalho realizado para trazer um pólo de inovação tecnológica para o Ifes. Faz um histórico mencionando que o Brasil vive uma situação singular diante dos demais países, com uma boa taxa de crescimento de emprego, a qual vem sendo mantida principalmente por meio de um processo de ativação do consumo, que no entanto não é sustentável a longo prazo. Mediante a situação, o governo brasileiro vem tomando medidas a fim de aumentar a sustentabilidade do país, tendo como pontos fundamentais primeiramente a questão educacional, buscando uma educação forte, e dentro dela, em particular, a educação profissionalizante. Outro ponto é o desenvolvimento científico e tecnológico; nesse campo há muito o que desenvolver em inovação, por isso o governo criou uma proposta que atinge diretamente as empresas brasileiras, visando que se desenvolvam do ponto de vista tecnológico, a Embrapii. Haverá um grande investimento, criando-se uma empresa específica com o conceito de desenvolvimento tecnológico. Dentro desse conceito existe a previsão de se criarem, ligados aos Institutos Federais, os chamados polos de inovação. A previsão é de serem criados quarenta polos distribuídos entre todos os Institutos Federais, mas sem garantia de que todos recebam, pode haver alguns institutos com mais de um polo e outros sem nenhum. Esses polos vão existir onde houver demanda real por parte das empresas que queiram investir sua parte nos projetos. Já foi realizada uma reunião com o Ifes e o Governo do Estado e houve várias empresas interessadas; nessa reunião definiu-se que a área genérica de polo no Espírito Santo seria ligada ao escopo de petróleo e gás, por ser bastante abrangente. A proposta foi apresentada ao Ministério da Educação e foi muito bem recebida. O Presidente explica que esse relato é apenas para informar aos conselheiros de que esse polo representa um grande momento para a Instituição e logo virão boas notícias resultantes desse projeto. Como segundo informe o Presidente cita duas inaugurações recentes no Ifes, uma obra no Campus Venda Nova do Imigrante e a entrega da primeira expansão do Campus Guarapari. A seguir o Presidente apresenta uma solicitação aos conselheiros; informa que de 31 de maio a 3 de junho será realizado o Congresso Anual da Associação de Colleges Canadenses. O Conif foi convidado a participar e decidiu mandar uma delegação pequena, de apenas três reitores e dois assessores, sendo o Reitor do Ifes um dos indicados. A viagem se dará efetivamente no período 28 de maio a 5 de junho. Desse modo, solicita autorização dos conselheiros para fazer a viagem; a autorização é concedida. O Presidente passa a palavra à servidora Lorena para que dê início ao **item 2**, Relatório de Gestão do Ifes, prestação de contas ordinárias anual referente ao exercício de 2012. Os conselheiros receberam antecipadamente o arquivo completo do Relatório e dispõem de cópia impressa para acompanhamento; a servidora Lorena faz uma explicação geral sobre a elaboração e a estrutura do Relatório, mencionando os tópicos que contém e os dispositivos legais que o regulamentam. O Pró-reitor de Administração e Planejamento, senhor Lezi José Ferreira, prossegue o relato detalhando os dados financeiros. Findas as explicações os conselheiros apresentam alguns questionamentos sobre os dados apresentados, os quais são esclarecidos pelos relatores e pelo Presidente. O conselheiro Adelar Castiglioni questiona o motivo de faltarem dados relativos aos campi de Santa Teresa e de Alegre; o Presidente informa que alguns

campi têm problemas internos que geraram dificuldades para o envio dos dados; o conselheiro pede que se registre a falta de respeito com este Conselho por ser apresentado um Relatório de Gestão incompleto, com ausência de dados importantes, para apreciação e aprovação. O conselheiro Yuri, do Campus Cariacica, pergunta o motivo de não constarem no relatório dados referentes àquele Campus, sendo que foram devidamente enviados. A relatora Lorena cita que deve ter havido algum problema na compilação dos dados. O conselheiro Felipe Alexandre solicita que no próximo ano o Relatório de Gestão seja encaminhado com antecedência suficiente para avaliação dos conselheiros e discussão com seus pares antes da reunião; a conselheira Ana Raquel endossa a solicitação. Findas as considerações, o Relatório de Gestão do Ifes 2012 é considerado aprovado pelos conselheiros. O conselheiro Felipe Alexandre pergunta sobre o planejamento que deverá ser executado no próximo ano, o qual vai gerar o futuro Relatório de Gestão. O Presidente passa a falar sobre a realização do Planejamento Estratégico no Ifes; informa que se pretende fazer um planejamento estratégico bastante abrangente, priorizando a participação de todos os segmentos da comunidade, incluindo discentes, docentes e técnico-administrativos, com o acompanhamento de uma empresa de consultoria contratada para fazer sua sistematização. O processo de contratação dessa empresa já se encontra em análise na Procuradoria Jurídica do Ifes. A ideia é que o planejamento comece a partir dos campi para que haja uma compilação dos dados e após essa fase um retorno com as propostas para nova apreciação nos campi. O Presidente cita que o Planejamento Estratégico passou a ser não uma opção, mas uma obrigação da instituição, no qual se define seu direcionamento geral. O Presidente passa ao **Item 4**, minuta de resolução que permite aos professores aprovados em concurso público para o regime de 40 horas semanais que possam assumir o cargo com esse regime de trabalho excepcional, conforme prevê a nova lei da carreira docente; a proposta permite também que o Conselho autorize o regime de 40 horas semanais em demais casos excepcionais cuja solicitação seja ao Conselho. A conselheira Ana Raquel opina que não está claro na resolução o caso dos professores que já estão nesse regime e nele desejam permanecer; sugere, assim, retirar o parágrafo segundo do artigo primeiro. A Diretora da Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas, Danusa Simon Robers, justifica a inserção desse parágrafo na proposta, o qual foi redigido como forma de resguardar tanto a administração quanto o próprio servidor. A servidora Danusa justifica seu posicionamento; o Presidente ressalta a diferença entre o primeiro e o segundo parágrafos, defende que a proposta está clara; a servidora Danusa menciona que esses servidores que já se encontravam no regime de 40 horas semanais devem apenas preencher o formulário dando ciência de que estão dentro da excepcionalidade da lei. O Presidente propõe acrescentar o trecho *“terão garantida sua opção”* entre o texto do parágrafo segundo do artigo primeiro; a modificação é aceita e a proposta de resolução é aprovada. O Presidente passa ao **Item 3** da pauta, revisão da Resolução do Conselho Superior 08/2013, na qual foi detectada a necessidade de ajustes para melhor esclarecimentos de alguns pontos. Após diversas ponderações, decidiu-se pela inclusão do parágrafo terceiro no artigo quinto, com o texto *“O prazo máximo para a aceitação temporária de títulos de que trata esta Resolução é de 4 (quatro) anos.”* Finda a apreciação, a proposta de reedição da Resolução CS 08/2013 é aprovada. O Presidente passa a palavra ao Diretor de Ensino Técnico, professor Altair Luiz Peterle, para que relate o **Item 5**, minuta que propõe a segunda opção de curso técnico no processo seletivo do Ifes. O relator apresenta a proposta e esclarece dúvidas apresentadas pelos conselheiros. Após a apreciação, a proposta é aprovada. Os conselheiros Carnielli e Felipe Alexandre solicitam que o nível da prova do processo seletivo não seja baseado apenas no conhecimento dos alunos da Grande Vitória, mas

que se pense também nos alunos do interior, que têm acesso a um outro nível de ensino e muitas vezes não conseguem obter pontuação na prova. O conselheiro Fabio Lucio afirma que o tema é complexo e merece uma reflexão mais profunda; há os candidatos que escolhem sua opção de curso e há os que querem simplesmente estudar no Ifes, procurando muitas vezes os campi do interior, onde a concorrência por vaga é menor. Sugere que os editais encontrem uma forma de privilegiar os alunos da própria região. O conselheiro Carnielli sugere que o assunto entre como ponto de pauta para uma futura reunião; o Presidente informa que solicitará ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Ifes que elabore e encaminhe ao Conselho um estudo com dados concretos sobre essa situação. A proposta de resolução apreciada é aprovada. O professor Altair permanece com a palavra para relatar os itens 6 a 8; o **item 6** é relativo à oferta do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática concomitante ao Ensino Médio pelo Pronatec do Campus de Alegre; a oferta é aprovada. O **item 7** trata da oferta do Curso Técnico em Administração concomitante ao Ensino Médio pelo Pronatec do Campus Aracruz; a oferta é aprovada. O **item 8** refere-se à oferta do Curso Técnico em Eletrotécnica integrado ao Ensino Médio do Campus Vitória; a oferta é aprovada. O conselheiro Felipe Alexandre solicita que as propostas de novos cursos tramitem em todas as instâncias necessárias antes de sua oferta, para que não venham para autorização do Conselho Superior cursos que já estão sendo ofertados. O Presidente concorda e afirma que os cursos novos não deverão mais entrar no Processo Seletivo sem a homologação prévia deste Conselho. O relator informa que a diversidade de cursos ofertados é muito grande e que há um direcionamento no trabalho para que essa demanda caminhe dentro dos prazos necessários. O conselheiro Adelar lembra que o Conselho instituiu e delegou às instâncias que o antecedem nos trâmites desses processos exatamente para que analisem a oferta antes da apreciação do Conselho. O Presidente passa a palavra ao Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação para que relate o **item 9**, projeto de mestrado em Educação Agrícola em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O relator menciona as instâncias pelas quais o projeto tramitou, inclusive a Procuradoria Jurídica do Ifes, que solicitou ajustes na proposta, todos já devidamente realizados. A conselheira Ana Raquel pergunta como se dá esse processo de parceria; o relator informa que no ano passado foi realizada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação uma ampla pesquisa com os servidores e diretores-gerais de todos os campi para identificar as demandas na instituição; esses dados servem de ponto de partida para os projetos e parcerias da PRPPG. Quanto à possibilidade de pagamento de bolsas para professores que estão cursando mestrado ou doutorado, também questionada pela mesma conselheira, o professor Thalmó informa que está sendo feita uma análise junto à Diretoria de Gestão de Pessoas para verificar a legalidade. O conselheiro Adelar pergunta como funcionará a parceria; qual a contrapartida do Ifes. O professor Thalmó informa que, como se trata de cooperação, nossos servidores que forem selecionados terão de se deslocar até o Rio de Janeiro para fazerem as aulas. O conselheiro Felipe Alexandre ressalta a importância da realização desses programas. Findas as considerações, a proposta é aprovada. O relator permanece com a palavra para o **item 10**, cooperação entre o Ifes e a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul para oferta de doutorado em Engenharia de Produção. O professor Thalmó informa que a demanda surgiu do Campus Cariacica, que já tem oferta de graduação e de pós-graduação *lato sensu* nessa área; menciona os trâmites do processo, incluindo os ajustes solicitados pela Procuradoria Jurídica. Esclarece mais detalhes do projeto e responde a questões apresentadas pelos conselheiros. Ao final das considerações, a proposta é aprovada. O Presidente passa a palavra ao professor Marcelo Lucas para relatar o **item 11**, minuta de resolução que dispõe sobre auxílio

financeiro para viagens ao exterior a serviço ou para aperfeiçoamento. O relator esclarece que a proposta é apenas relativa a viagens solicitadas no âmbito da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação; não se refere, portanto, aos casos em que o servidor entrar com o pedido diretamente no seu campus de lotação. O Presidente faz alguns esclarecimentos acerca da proposta, menciona que a ideia é oferecer a possibilidade de custear a participação dos servidores nesses eventos por meio de editais. O conselheiro Yuri faz várias observações a respeito da impossibilidade de efetivar alguns dos pagamentos propostos da forma como estão previstos na resolução; o conselheiro Emerson endossa as observações. O Presidente informa que há outras instituições que fazem esse tipo de pagamento, como o de inscrições nos eventos, então é preciso identificar esse caminho. O professor Thalmó sugere que o melhor meio de disponibilizar esses recursos é pela publicação de editais; ressalta que os pedidos estão chegando à PRPPG e não há um caminho estabelecido para realizar esses pagamentos. O conselheiro Afrânio opina que é preciso estabelecer critérios para que não haja distorções. A conselheira Ana Raquel faz observações acerca dos documentos que devem acompanhar tradução; sugere que para os documentos em Língua Inglesa não seja solicitada tradução. O professor Thalmó esclarece que para documentos em qualquer língua estrangeira que tramitem em instâncias oficiais é preciso haver tradução, e esse ponto ficou a ser discutido. Como foram questionados vários pontos da proposta, decidiu-se pelo seu retorno à PRPPG para ajustes e nova apresentação ao Conselho. Alcançado o tempo regulamentar de duração da reunião, o Presidente dá os trabalhos por encerrados, agradecendo novamente pela participação de todos. O item 12 ficará para a pauta da próxima reunião. Eu, Maria do Carmo Conopca, secretária, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.